CONCEITUAÇÃO DE ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE: PAPEL SOCIAL, FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

PAULA REJANE BEZERRA COELHO OLIVEIRA

RESUMO

Buscar investigar os conceitos das instituições envolvidas – escola, família e comunidade – para a partir daí, propormos uma discussão a respeito dos papéis e responsabilidades de cada uma delas, por meio de leituras e pesquisas a fim de entender as instituições analisadas. As relações estabelecidas pelas instituições destacadas neste trabalho podem ser evidenciadas como parcerias, devem estar em constante sintonia, tendo como objetivo final o pleno desenvolvimento, tendo em vista sua conceituação vernacular que é a de reunião de pessoas para um fim de interesses comum. A parceria é muito importante para o desenvolvimento do aluno, tanto no âmbito pessoal, social como no educacional, pois tanto a família como a escola são as principais referências para os alunos e também a base para a sua formação humana e acadêmica. O ambiente escolar deve possuir uma gestão democrática, capaz de incentivar a participação constante dos pais no ambiente escolar. É importante estar à disposição e demonstrar que a escola está aberta para o diálogo e novas sugestões permitindo o contato com experiências que não ocorrem no contexto familiar e que pode ampliar as possibilidades para que o aluno possa conhecer coisas novas e descobrir habilidades. Os alunos aprendem melhor quando os pais se interessam pelo o que eles vivem no ambiente escolar. A parceria entre família e escola no processo de aprendizagem traz vários benefícios. Quando os pais participam ativamente da vida escolar dos filhos e se engajam no cotidiano escolar, a tendência é que os alunos se dediquem e se esforcem mais, por se sentirem amados e apoiados. Para a boa relação entre pais e filhos, alguns pontos são bem importantes e as escolas podem contribuir com as famílias, como: Conversas diárias sobre acontecimentos do cotidiano, Priorizar a leitura a outras atividades como ver televisão, redes sociais e videogame, conhecimento dos pais sobre o progresso dos filhos na escola, apresentar o projeto pedagógico da escola para a família, escutá-la, promover eventos escolares, oferecer eventos escolares, tais como palestras, dia da família, utilizar uma linguagem unificadora, investir em atendimentos personalizados, entre outros. O ato de aprender torna-se natural e até mesmo prazeroso. Pais que enxergam os professores como aliados e professores que veem os pais como potencializadores do rendimento escolar têm mais possibilidades de conversar abertamente sobre os problemas dos alunos. Portanto, essa parceria contribui muito para o desenvolvimento dos alunos, e auxilia na aprendizagem e na vida escolar. Quando a criança recebe o incentivo e orientação da família, o trabalho realizado pelos educadores é facilitado, as relações tornam-se mais saudáveis e a aprendizagem é otimizada, e assim os resultados são melhores e beneficiam todos os envolvidos, de modo que toda a comunidade escolar ganha. Quando a escola abre suas portas, ela amplia o acesso a educação de qualidade, o que é primordial para a transformação de nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Escola; família; comunidade; parceria

INTRODUÇÃO

A fim de entender a dinâmica das relações entre as instituições escola, família e comunidade, indagamos as relações estabelecidas pelas instituições destacadas neste artigo que podem ser evidenciadas como parcerias, tendo em vista a sua conceituação que é a reunião de pessoas para um fim de interesse comum. Os alunos e as famílias, seriam co-responsáveis por um bem público, sendo que a posse desse bem estaria assegurada pelo Governo do Estado. Porém, temos que acabar com a sensação de que o bem público é de todos e não de alguém em particular, como costuma ser visto e tratado. A necessidade de construir uma relação de confiança mútua entre a equipe escolar, as famílias e a comunidade, tenso sua estruturação construída na base de uma relação mútua de confiança. Assim, as partes aprenderiam a negociar uma com a outra,

de forma a se conhecer, a se respeitar e a se ajudar. Há também a possibilidade de parceria com outras instituições, além das Organizações não Governamentais (ONG), que são alternativas de participação às famílias, à comunidade e à escola.
Sabemos que um projeto pedagógico democrático e participativo não seria e não será concretizado sem esforço ou sem conflitos. Contudo essa parceria, sem dúvida diminuirá os conflitos vividos atualmente nessa relação. O ponto de partida é o reconhecimento mútuo que significa sair dos limites estreitos do preconceito e abrir-se para as novas possibilidades de ser o outro e de ser com o outro. A parceria entre família, comunidade e escola, no qual conceituamos e descrevemos as diferentes concepções de parceria e de relações com o cotidiano escolar, estabelecendo a responsabilidade e o papel de cada um dos elementos (família, escola e comunidade), no processo educacional.
Uma das hipóteses levantadas, às inúmeras dificuldades na articulação entre família, escola e comunidade, foi a que se refere à centralização da gestão escolar na figura do diretor. Outra hipótese está na transferência de responsabilidades definidas pelo costume como pertencentes à família para a educação escolar. Tendo em vista o artigo 205 da Carta Magna, o qual refere-se à educação como direito de todos e dever da sociedade, confirmada pela Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no. 9394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 1º.
"A educação abrange os processor formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".

Há de se perguntar se realmente as escolas estão abertas e preparadas para se integrar à comunidade e às famílias, numa parceria democrática, na qual ambas estabeleçam diretrizes que considerem o desenvolvimento pleno do aluno cidadão, e se sua família e sociedade estão assumindo a co-responsabilidade na educação de seus filhos, assegurando a eficácia no processo educacional.
Mediante isto, a importância do processo, além de ganhar estatuto legal, indica-nos concepções diferentes de parcerias, de comunidade e de responsabilidades, resultantes do confronto ideológico, político e social. Para embasar esse artigo, serão utilizados a conceituação de vários autores, como José de Souza Martins, Marialice Mencarini Foracchi e Carlos Urrutia, para conceituar comunidade; os autores Gilberton Cotrin e Maria Luíza Dias para conceituar família e escola, e também fundamentaremos no conceito evidenciado pelos autores do jornal do projeto pedagógico 2002, do UDEMO (Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo), para refletirmos sobre a relação entre a escola, família e comunidade e se entre eles há parceria. A conceituação de parceria foi fundamentada na teoria de Marlov Jovchelovitich Noleto em seu trabalho Parcerias e Alianças Estratégicas. Ao falar de comunidade, Martins e Foracchi (2000), referem-se há algo muito mais amplo que a comunidade local. Ela encontra seu fundamento no homem, visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social encarada separadamente. Segundo os autores, a comunidade é um sonho formado por padrões utópicos, ressaltados pela igreja, tais como: companheirismo, partilha, amor ao próximo, assim valores longe do quadro de desigualdade social existente hoje, no qual, a comunidade é substituída pela agregação de indivíduos no mesmo espaço.
Já Carlos Urrutia acredita que comunidade é o cotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns e em face de elas, organiza o seu ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria. Cotidiano, podemos definir como aquilo que vincula o homem em sua dimensão particular e em seu ser social.

FAMÍLIA

No sentido popular e nos dicionários, a palavra família significa grupo social fundamental formado por pessoas unidas por laços de parentesco, convivência ou afeto. Tradicionalmente, ela pode incluir indivíduos ligados por sangue, casamento ou adoção. Contudo o conceito de família evoluiu e se ampliou, abrangendo diversas formas de organização, como famílias monoparentais, casais sem fi-

lhos, famílias reconstituídas e uniões homoafetivas. Independentemente da estrutura, a família geralmente é caracterizada por cuidado mútuo, suporte emocional, transmissão de valores. A família caracteriza-se como um grupo social que tem residência comum, que coopera economicamente e que se reproduz, tendo como funções básicas a sexualidade, a economia, a reprodutividade e a educação de seus membros. Outras funções podem existir dependendo da relação ao culto religioso ou ao status social.

Todos fazemos parte integrante de alguma família, no qual para qualquer um torna-se difícil definir esta palavra, pois a mesma vai além das definições contidas nos livros, porque as famílias variam muito. E, apesar de passar por momentos de evolução e também de crise, a família mostra grande capacidade de sobrevivência, de adaptação, mesmo com o passar do tempo. Mesmo havendo mudanças na família cabe sempre aos pais decidirem sobre seus filhos menores. Os laços genéticos da família constituem um agrupamento humano universal, sendo reconhecida em suas funções que distinguem e são vitais. Sua universalidade reside nos serviços que executa e nas satisfações que proporciona às relações entre seus membros. A família tem como papel fundamental sociabilizar seus membros, junto com a educação escolar e os meios de comunicação. Por isso, à escola é atribuída a tarefa de socializar e adaptar a criança na sociedade, através de modelos de comportamento em sua cultura, incluindo o ensino com o cuidado físico, a forma de lidar com as emoções. Portanto, esse aprendizado é importante e necessário, pois a família será o primeiro grupo ao qual a criança pertencerá e por isso a família precisa se encarregar de sua socialização, para que ocorra a incorporação dos padrões sociais.

Com relação à parte educacional, a família precisa participar de todas as atividades do filho, por meio do diálogo incentivando a importância do estudo, estimulando a curiosidades e transmitindo confiança em relação à realização de tarefas conversar sobre o que está sendo vivenciado na escola, deixar o filho resolver por si só determinados problemas que venham a surgir no ambiente escolar relacionado à questão de socialização. Se não houver esse tipo de participação, os pais estarão criando condições de insegurança. Depende dos pais também a ampliação dos horizontes de seus filhos para que a aprendizagem se torne prazerosa. Cada família varia conforme sua trajetória vital, havendo inclusive fatores culturais que determinam um tipo de família nuclear. A família apresenta aspectos positivos como afeto, apoio e também aspectos negativos como imposição através de normas e costumes. Apesar dos conflitos existentes, a família que determina o desenvolvimento social, a afetividades e o bem estar dos indivíduos.

Atualmente, a família brasileira tem passado por sensíveis mudanças, devido ao desenvolvimento industrial, a urbanização. Existe evidência de mudanças na família nuclear em relação ao número de membros, como nas uniões civis, aumento do número de mulheres chefes de famílias, aumento da participação feminina no trabalho, sobretudo, mulheres casadas e com filhos pequenos. É conceituada como a célula formadora da sociedade, sendo a unidade social básica. Esta tem no casamento e na paternidade os seus elementos institucionais. Sem a família não existe pátria, esta em última análise é a reunião de todas as famílias, é por assim dizer, uma família em ponto maior, na qual somos políticos (de polis, cidade). Em latim, família designa o conjunto de pessoas unidas por vínculos de parentesco. Gilberto Cotrin (1990) analisa que a família tem como função educativa, o dever de educar os filhos, ensinando-lhes o necessário à vida em grupo como a linguagem e os hábitos da vida social. Maria Lúcia Dias (1992) define a função da família como a tarefa de socializar a criança e adaptá-la à convivência na sociedade, oferecendo e ensinando-lhes os modelos de comportamentos em sua cultura, o cuidado físico, lidar com as emoções e o se relacionar com outros grupos.

ESCOLA

É uma instituição social responsável por promover o processo de ensino aprendizagem, contribuindo para a formação intelectual, cultural e social dos indivíduos. É um espaço onde se transmitem conhecimentos científicos, históricos, artísticos e éticos, e se desenvolvem habilidades e valores essenciais

para a convivência em sociedade. Além de ser um ambiente de construção de saberes. Também desempenha um papel central na socialização, ajudando as pessoas a compreenderem e exercerem seus direcionamentos. A palavra escola pode ser definida como um estabelecimento público ou privado no qual se ministra ensino coletivo. A função da escola, de acordo com Pérez (2000), em seu livro: "As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência", é a socialização dos alunos e a formação do cidadão para sua intervenção na vida pública e preparação para a incorporação no mundo do trabalho.

A partir do processo de expansão industrial que ocorre no Brasil, surge a necessidade de transformação da escola. Esta não pode mais ser apenas a transmissora do conhecimento, deve sim preparar o homem para a sociedade que está passando por mudanças e cobra deste um preparo para atuar nas indústrias, já que o trabalho nas fábricas exige um operário que saiba pelo menos ler, escrever e contar. As transformações sociais e políticas pelas quais o país está passando, torna claro que a escola não pode mais estar preocupada somente com a transmissão de conhecimento. Esta deve sim, preparar o homem para esta nova sociedade que está emergindo e para isto deve permitir a democratização do ensino e a legislação torna claro o interesse do Estado em assumir a educação elementar, tornando-a leita, gratuita e obrigatória.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação reafirma o dever do Estado para com a educação básica, cabendo-lhe fornecer a instrumentalização necessária para que as escolas possam preparar as crianças e jovens para a participação política e social. À escola cabe a finalidade de construir uma cultura voltada para o pensamento crítico, pelo qual o educando possa se conscientizar do seu papel na construção da história. Sua função específica é ensinar o conteúdo determinado como fundamental e realizar o processo de ensino-aprendizagem com um currículo que leve em conta a diversidade cultural, proporcionando um conjunto de práticas com a finalidade de levar os educandos a internalizarem os conteúdos sociais e culturais de maneira prática e construtiva.

Para que o trabalho a ser desenvolvido se torne eficiente, torna-se imprescindível a convocação de especialistas que de forma organizada e estruturada desenvolverão o trabalho pedagógico utilizando metodologias que favorecerão o desenvolvimento cognitivo, cumprir a proposta pedagógica apresentada para os sais, sendo coerente nos procedimentos e atitudes no dia a dia, abrir as portas da escola para os pais se sentirem à vontade para participar de atividades culturais, esportivas, aproximando o contato entre família e escola, possibilitando às crianças e jovens atuarem com competência e dignidade na sociedade, exercendo seus direitos e deveres, pois eles são o elemento principal do processo educativo. A escola tem um papel importante na formação do cidadão, tendo em vista a sua atuação em sociedade. É um dos espaços no qual podem ser adquiridos os instrumentos necessários que levarão as crianças e jovens a lutar contra as desigualdades econômicas e sociais, fornecendo-lhes condições para participar no processo de transformação social, conscientes de seus papéis políticos.

COMUNIDADE

O conceito sobre comunidade pode ser entendido de diferentes formas, dependendo do contexto em que é aplicado. Em termos gerais, a comunidade refere-se a um grupo de pessoas que reúnem algo em comum, seja um espaço geográfico, interesses, valores, objetivos, tradições ou atividades. Mas referente a comunidade escolar não se limita ao espaço físico da escola. Ela pode incluir também parcerias com organizações locais, empresas, enriquecer as experiências educacionais e fortalecerem os vínculos entre a escola e a comunidade. Essa interação entre os membros da comunidade escolar é essencial para criar um ambiente favorável ao aprendizado, fomentar valores de respeito e cooperação.

PARCERIA

Parceria é uma relação de cooperação, colaboração ou associação entre duas ou mais partes com o objetivo de alcançar metras em comum. Pode ocorrer em diferentes contextos, como na educação, em projetos sociais ou até mesmo em relacionamentos

pessoais. Em geral, é baseada na confiança, comprometimento e benefício mútuo, no qual os envolvidos colaboram recursos e responsabilidades. O termo parceria na educação vem tomando uma função imprescindível para que o processo educacional seja efetivado. O conceito de parceria e aliança estratégica são utilizados na área de administração. A concepção de parceria se dá pelo fortalecimento mútuo para atingir um determinado fim a aliança estratégica volta-se para a conquista de melhores posições e objetivos estabelecidos na organização, estando direcionadas à objetivos estabelecidos na organização, estando direcionadas à objetivos ligados a transformar a realidade, buscando a justiça social.

O Governo Federal aprovou a Lei 9.790 em 23/03/1999, regulamentando a existência das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e nessa mesma Lei, criou-se o termo Parceria regulamentando as relações entre as organizações públicas e privadas. Tanto parcerias como alianças voltam-se para o alcance social para tentar reduzir as desigualdades sociais. Ambas lidam com a organização, definição de valores e objetivos na ação. Para construí-las são necessárias habilidades, desprendimento e vontade de somar forças e recursos. Tanto a parceria como a aliança possuem três forças:

- A procura de capacidades à medida que os limites entre as organizações se tornem indefinidos;
- Recursos escasso e a intensificação da competição por espaço, além da crescente necessidade de intervenção na problemática social;
- A lacuna entre o que uma organização gostaria de realizar e o que levando em conta a realidade e seus recursos próprios, pode realizar.

Por meio de parcerias e alianças, as organizações podem desenvolver novas atividades, projetos, atuar, fortalecer projetos em andamento, ampliar conhecimentos, captar recursos, economizar recursos humanos e materiais e aumentar a própria capacidade de intervenção. Com a necessidade de se firmar parcerias e alianças com organizações públicas e privadas, as instituições básicas e elementares na vida de cada indivíduo, família, escola e comunidade, devem antes de mais nada unirem-se, à escola, com objetivos claros e relevantes a ela, famílias e comunidade em geral, buscará parcerias, complementando e enriquecendo seu trabalho, pois é preciso ter em mente que a parceria não é a solução para resolver a carência do ensino público, mas poderá contribuir para amenizar situações entre outros na infraestrutura, aquisição de material pedagógico e o empenho da instituição.

A atual política educacional, enfatiza a participação da comunidade com a intenção de possibilitar mudanças. Mas essa mesma política educacional mostra diferenças entre uma classe mais favorecida economicamente que possui melhores condições financeiras como culturais, no qual se tem maior acesso a um estudo de melhor qualidade. Enquanto que a classe menos favorecida não possui tais recursos ao chegar à escola, pois, muitas vezes a própria família não teve a oportunidade de concluir os estudos por precisarem trabalhar mais cedo, desse modo muitas vezes não podem ao menos ajudarem seus filhos nos deveres de casa ou ainda não tem condições financeiras para leva-los a um teatro, cinema, parques, entre outros. A presença da comunidade fortalece a escola, rompe o isolamento dos professores, aperfeiçoa a qualidade do ensino, consolida o projeto pedagógico e dá aos alunos um exemplo de prática de cidadania. O ideal é que família e a escola formem uma equipe, e que sigam os mesmo princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. E que assim, possibilitem ao aluno uma segurança na aprendizagem e desenvolvimento de cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade.

Marlova Jovchelovitich Nolet (2000), em seu livro “Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática”, conceitua o termo de parceria, retirando a definição da Lei no. 9790 de 23 de março de 1999, baseando-se nos capítulos I e II:

“O novo marco legal cria o conceito de termo de parceria, que é um instrumento de fomento que permite a negociação de objetivos e metas entre as partes e também mo-

nitoramento e avaliação dos resultados dos projetos, consiste em um novo instrumento complementar aos já em vigor, que traduz a relação entre instituições com fins públicos, mas de origem diversa (estatal e social) e com natureza diferente (pública ou privada) e regido pelos princípios de transparência, competição, cooperação e parceria, possibilita a escolha do parceiro mais adequado do ponto de vista técnico e de maior relevância sob o ponto de vista de serviços prestados à sociedade".

O termo de parceria é assim considerado um instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de interesse público (OSCIP), destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução das atividades de interesse público. Prevê a discriminação de direitos, responsabilidade e obrigação das partes envolvidas (Poder Público e organizações) e será precedido de consulta aos conselhos de políticas públicas das áreas de atuação nos respectivos níveis de Governo.

Nos artigos presentes no Jornal do Projeto Pedagógico de 2002 (UDEMO), a reflexão estimulada sobre o relacionamento com a comunidade, traz à tona, a origem da sociedade humana em que esta é um conjunto de pessoas associadas pela necessidade de se ajudarem uma às outras afim de que possam garantir a continuidade da vida satisfazendo seus interesses e desejos. Estabelece-se assim, a necessidade desta sociedade ser organizada com justiça, em que todos devem conhecer seus direitos, cumprir seus deveres e suas responsabilidades sociais para que sejam respeitados e possa transformar a realidade atual em uma realidade que vise o acesso às informações, formações, crescimento, no intuito de fazer destas condições para melhor qualidade de vida.

Temos muitos benefícios com essa parceria, como: Melhoria do desempenho acadêmico que permite a melhora no desempenho acadêmico dos estudantes, pois eles recebem apoio e orientação de diferentes fontes. O desenvolvimento social e emocional que ajuda a desenvolver as habilidades sociais e emocionais dos estudantes, pois eles aprendem a trabalhar em equipe, a se comunicar eficazmente e a gerenciar conflitos. A prevenção de problemas auxilia a prevenir problemas como evasão escolar, a violência e o uso de substâncias, pois os estudantes recebem apoio e orientação para lidar com os desafios. Nota-se também o fortalecimento da comunidade, quando as três instituições trabalham juntas para promover a educação, a saúde e o bem-estar dos estudantes e suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser um desafio, é essencial que o vínculo entre escola, família e comunidade, seja construído em prol do desenvolvimento do estudante. Mas apresentar e ajudar a família a se engajar na escola pode-se apresentar o Projeto Político Pedagógico da instituição aos pais dos alunos já no início do ano, bem como apresentar as mudanças que aconteceram de um ano letivo para o outro, as atividades que serão desempenhadas, as competências e as habilidades que serão desenvolvidas. Pode também apresentar a equipe pedagógica, os espaços, os colaboradores que estarão em contato com os estudantes. É fundamental que a escola ofereça um canal de comunicação para que a família possa sempre que necessário dialogar com professores e dificuldades, tirar dúvidas, dar sugestões. A parceria entre escola, família e comunidade é fundamental para promover o desenvolvimento integral dos alunos, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem e criando um ambiente favorável ao crescimento pessoal e social, pois, a educação é um processo coletivo, no qual a escola, a família e a comunidade têm papéis complementares. A escola oferece o conhecimento formal, enquanto a família e a comunidade oferecem valores, experiências e apoio emocional. O primeiro passo para a interação positiva entre a escola e a comunidade está no conhecimento da própria comunidade por parte da escola. Para que essa interação aconteça, entretanto, a escola deixará sua posição de transmissora do conhecimento e controladora do comportamento para assumir um trabalho lado a lado com os alunos e com a comunidade. Assim procedendo estará gerando a independência dos alunos e a sua capacidade de recriar

conhecimentos úteis e válidos em função do seu desenvolvimento como pessoa e de suas comunidades. O conhecimento a comunidade pela escola conduzirá ao crescimento da população escolar e da própria comunidade. E isso só será possível com atividades práticas que deem feição real à interação escola comunidade com reuniões regulares que são essenciais para fortalecer a parceria e a promover a colaboração. Incentivar as atividades conjuntas como projetos de serviço comunitário que promovam a colaboração entre essas instituições. Ofertar formação e capacitação para educadores, os pais e os membros da comunidade para garantir o crescimento e desenvolvimento dos educandos.

A organização comunitária não é apenas a forma mais eficaz de que a população pode lançar mão para resolver os seus problemas é a única maneira através da qual os problemas podem realmente ser resolvidos ou exigir de quem é de direito, ou seja, as autoridades públicas. Assim, a escola estará não apenas cumprindo seu papel junto à comunidade, mas principalmente, contribuindo para a educação humana global dos alunos, e estes aprenderão na prática a participar socialmente, a influir nas decisões que lhes dizem respeito, a exigir o respeito a seus direitos de cidadãos, a construir comunitariamente o mundo em que pretendem viver e que querem deixar para seus filhos. Entre escola, família e comunidade, não há parceria, já que elas não são instituições distintas e desvinculadas, mas sim uma cooperação. Ao termo parceria, relacionamos o apoio financeiro, recursos à serem disponibilizados por parte dos diversos órgãos do Governo Federal e empresas com organizações não governamentais (ONG) para a realização de serviços de interesse da sociedade, especialmente na área da educação, saúde e assistência social. Para cooperação relacionamos o trabalho em comum, a colaboração e o vínculo entre as partes envolvidas. Para alcançar o sucesso almejado, que é a cooperação entre escola, família e comunidade, é fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, e estar ciente dos desafios e limitações que possam surgir, tais como: diferenças culturais e socioeconômicas, a falta de recursos como falta de tempo, dinheiro e infraestrutura, pode criar desafios para a parceria. A resistência à mudança especialmente se as partes envolvidas tiverem diferentes visões e objetivos, e trabalhar para superá-los. E a escola deverá ser democrática, participativa, que trabalhe aliada as famílias, sem se achar autossuficiente no processo educativo, mas sim um núcleo que só existe por necessidade da própria comunidade e que somente juntas poderão atingir a formação global das crianças, adolescentes e jovens que por lá passarem, a efetividade e impacto desejado.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 1º edição. São Paulo: Editora Moderna, 1989.

CODY, Frank e SIQUEIRA, Sílvia. Escola e comunidade: uma parceria necessária. Cotia, SP: Ìbis, 1997.

DIAS, Maria Luísa. Vivendo em família: relações de afeto e conflito. São Paulo: Editora Moderna, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 6º. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBERNÓN, Francisco. A educação do séc. XXI: os desafios do futuro imediato. 2º edição. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LEI no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

NOLETO, Marlova Jovchelovitich. Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática. São Paulo: Global Editora, 2000.

PILETTI, Nelson. Psciologia educacional.São Paulo, Àtica, 1993.

PRADO, Danda. O que é família. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SACRISTÁN, J. Gimeno e Gómez, A, I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4ª. Edição. Porto Alegre: Editora ARTMED, 200.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Salto para o futuro: construindo a escola cidadã, projeto político pedagógico. Brasília: Ministério da educação e do Desporto, SEED, 1998.

UDEMO. Jornal do projeto pedagógico. 2002.